

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA	TIPO	QUANT
MAXMILIANA AUGUSTO PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	169957.1.1	A	40
REIJANE ROCHA SAMPAIO DE CASTRO	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	001440.1.0	A	40
RICARDO PEREIRA SALES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	001475.1.6	A	40
TARCISIO CAMINHA DUARTE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	001548.1.4	A	40
FERNANDO ANTONIO FEITOSA LEITÃO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	002611.1.4	A/F	40

*** **

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 043/2023/ISSEC

PROCESSO Nº: 07902656 / 2023 INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ-ISSEC/CNPJ nº.07.271.141/0001-98 OBJETO: A aquisição emergencial para contratação de procedimento médico hospitalar para realização de cirurgia, com todos os materiais necessários descritos nos termos do laudo médico constante nos autos do Processo nº. 3001481-87.2023.8.06.0101 JUSTIFICATIVA: Atender a decisão judicial proferida nos autos do Processo nº. 3001481-87.2023.8.06.0101, que concedeu tutela de urgência à autora, Sra. REGINA CLÁUDIA TEIXEIRA DE SOUSA VALOR GLOBAL: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 46200008.10.302.221.03.339091.1.759.1200070.1.3.01 4620 0008.10.302.221.03.339091.1.500.9100000.0.3.01 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso IV, art. 24, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e em cumprimento ao que determina o artigo 26 da referida legislação CONTRATADA: PRONTOCARDIO SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA/CNPJ nº.08.711.085/0001-28 DISPENSA: Considerando o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica do ISSEC nos autos do Processo nº.07902656/2023/ISSEC, aprovo a presente Dispensa de Licitação Nº.043/2023/ISSEC, devendo a mesma ser encaminhada para publicação no Diário Oficial do Estado, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei Nº 8.666/93, Declarada pelo Sr. Ciro Leite Saraiva de Oliveira – PROCURADOR AUTÁRQUICO(Respondendo), matrícula nº111870.1.3/ASJUR/ISSEC RATIFICAÇÃO: Considerando o que consta nos autos do Processo nº.07902656/2023/ISSEC, e a manifestação da Assessoria Jurídica do ISSEC, o Superintendente José Olavo Peixoto Filho, ratifica a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.043/2023/ISSEC.

José Olavo Peixoto Filho
SUPERINTENDENTE

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº391/2023.

REGULAMENTA O COFINANCIAMENTO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS E A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que institui a Política Nacional de Assistência Social; Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/Suas; Considerando a Lei nº 14.279, de 23 de dezembro de 2008, que altera a Lei nº 12.531, de 21 de dezembro de 1995, que institui o Fundo Estadual de Assistência Social; Considerando o Decreto nº 34.262 de 27 de setembro de 2021, que regulamenta a Lei nº 17607, de 06 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Estado do Ceará; e Considerando a Portaria Nº 352, de 14 de setembro de 2023, que estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social – Suas cofinanciados com recursos do Estado do Ceará. RESOLVE:

Art. 1º Regularizar o cofinanciamento estadual na modalidade fundo a fundo, dos serviços e benefícios eventuais por meio de Blocos de Financiamento da Assistência Social.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º para fins dessa portaria:

I – Bloco de Financiamento: conjuntos de recursos destinados ao cofinanciamento estadual das ações socioassistenciais, calculados com base no somatório dos componentes que os integram e vinculados a uma finalidade;

II – Bloqueio de Recursos: a interrupção temporária do repasse de recursos, que, a partir da regularização das situações que lhe deram ensejo, impõe ao Fundo Estadual de Assistência Social – Feas o seu restabelecimento, inclusive, com a transferência retroativa de recursos;

III – Suspensão de Recursos: a interrupção temporária do repasse de recursos, que, a partir da regularização das situações que lhe deram ensejo, impõe ao Feas o seu restabelecimento, sem transferência retroativa de recursos;

IV – Receita: o resultado do somatório do saldo apurado no final do exercício anterior, do repasse de recurso e das aplicações financeiras do exercício; e

V – Competência: período estabelecido para que a despesa estadual seja realizada, conforme o cronograma de cofinanciamento das ações socioassistenciais, independentemente do momento do seu efetivo repasse.

CAPÍTULO II

Do Plano de Ação

Art. 3º O Plano de Ação consiste em instrumento informatizado de planejamento, disponibilizado pelo Órgão gestor estadual da Política de Assistência Social para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às aplicações e transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal, estadual, e municipal da assistência social.

§ 1º As informações contidas no Plano de Ação deverão estar em consonância com o Plano de Assistência Social dos respectivos municípios, conforme previsto no inciso III do artigo 30 da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 2º Deverão integrar o Plano de Ação as transferências e aplicações destinadas a cofinanciar a totalidade das ações, inclusive as instituídas durante o exercício financeiro, para ampliar a cobertura da rede, bem como para complementar ou fortalecer as ações existentes.

Art. 4º O lançamento das informações que compõem o Plano de Ação dos municípios e sua avaliação pelo respectivo Conselho de Assistência Social deve ocorrer eletronicamente, a cada exercício.

§ 1º A abertura do Plano de Ação dar-se-á por meio de Portaria do Órgão gestor estadual de Assistência Social e de comunicação oficial aos municípios, preferencialmente, no primeiro trimestre do exercício de referência.

§ 2º O Órgão gestor estadual poderá prorrogar o prazo de lançamento das informações do Plano de Ação nos termos deste artigo, em casos devidamente justificados.

§ 3º O lançamento das informações no Plano de Ação, pelos gestores municipais, realizar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da abertura deste.

§ 4º Após o término do prazo de lançamento das informações pelos gestores municipais, nos termos do parágrafo anterior, o Conselho Municipal de Assistência Social deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias mediante preenchimento de parecer em sistema informatizado disponibilizado pelo Órgão gestor estadual.

§ 5º Após o prazo disciplinado nos § 3º e § 4º deste artigo, se não lançadas as informações no Plano de Ação e respectiva avaliação do Conselho de Assistência Social competente, a SPS suspenderá o repasse dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos I a III do art. 7º, do exercício de referência do respectivo Plano de Ação, até que todo o ciclo de preenchimento ocorra, com o parecer favorável do Conselho de Assistência Social.

Art. 5º As transferências das competências dos recursos do exercício do Plano ficam asseguradas do início do exercício até o término do período de preenchimento e aprovação do Plano de Ação.

Art. 6º As informações referentes à previsão financeira do repasse do cofinanciamento estadual serão lançadas pela SPS, com base na partilha de recursos estaduais pactuada na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, de acordo com os critérios deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas, e servirão como base para as transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo.

CAPÍTULO III

Dos Blocos de Financiamento

Art. 7º Os recursos estaduais destinados ao cofinanciamento dos serviços e benefícios socioassistenciais passam a ser organizados e transferidos pelos seguintes Blocos de Financiamento:

I – Bloco da Proteção Social Básica

II – Bloco da Proteção Social Especial; e

III – Bloco dos Benefícios Eventuais.

Art. 8º São componentes dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial os serviços já instituídos e tipificados na Resolução de nº 109/2009 e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção Social da União e do estado do Ceará.

Art. 9º Os componentes do Bloco de Cofinanciamento dos Benefícios Eventuais referem-se ao apoio às famílias, seus membros e indivíduos quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e/ou em pecúnia, em caráter transitório, por morte, por natalidade, por situações de vulnerabilidade temporária e/ou por situações de emergência e estado de calamidade pública, com base em critérios estabelecidos em normativas específicas.



Parágrafo único. Na situação de desastre e estado de calamidade pública, a forma de concessão do benefício prestado por parte do Estado será regulamentada por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 10 Os componentes dos Blocos de Financiamento são as unidades de apuração do valor a ser repassado ao ente municipal, considerando os critérios de partilha e demais normas.

Parágrafo único. Os componentes dos Blocos de Financiamento diferenciam-se das atividades a serem desenvolvidas pelos serviços e benefícios.

Art. 11 Os recursos a serem transferidos para cada Bloco e seus respectivos componentes devem estar registrados pelo Fundo Estadual de Assistência Social – Feas, em memórias de cálculo, disponibilizadas em sistema informatizado.

CAPÍTULO IV

Das Transferências

Art. 12 A SPS deverá encaminhar ao Feas as informações necessárias para a realização da transferência do cofinanciamento estadual.

Art. 13 A SPS poderá bloquear ou suspender o repasse dos recursos, bem como realizar outras medidas administrativas no âmbito do monitoramento da execução dos serviços, respeitadas as normas que regem a matéria.

I. o município que acumular recursos em conta corrente, a partir de 10 (dez) parcelas, sofrerá bloqueio de repasse e deverá elaborar e apresentar Plano de Providências ao órgão gestor estadual, que por sua vez, elaborará o Plano de Apoio ao Município, ambos deverão ser pactuados na CIB;

II - a não utilização das parcelas em conta corrente, após o término do prazo da execução do Plano de Providências, acarretará a suspensão dos recursos e as seguintes medidas administrativas:

- a) comunicação ao Ministério Público para tomada de providências cabíveis;
- b) comunicação ao Poder Legislativo Municipal; i
- c) impedimento de participar de expansões de cofinanciamento.

Art. 14 Os recursos da parcela do cofinanciamento estadual serão transferidos aos Fundos de Assistência Social dos municípios, na modalidade fundo a fundo, observadas as especificidades dos componentes de cada Bloco de Financiamento com as normas que os regem.

§ 1º O Feas deverá orientar aos municípios, a abertura de conta corrente específica vinculada aos fundos municipais, para cada Bloco de Financiamento, observando a inscrição destes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em conformidade com o estabelecido em regulamento específico da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º O município deverá autorizar a instituição financeira oficial o acesso do Feas as contas vinculadas ao cofinanciamento estadual para acompanhamento e orientações relativas a aplicação dos saldos em conta corrente.

Art. 15 Os recursos do cofinanciamento estadual deverão ser depositados e geridos em conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, que possua Acordo de Cooperação com a SPS. Enquanto os recursos não forem utilizados na sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundos de aplicação financeira de curto prazo, com resgates automáticos.

§ 1º O acordo de cooperação com a instituição financeira de que trata o caput deverá prever, para manutenção da regularidade das contas pelos ordenadores de despesa, os procedimentos de registros necessários ao cumprimento do disposto no caput.

§ 2º Cabe ao ente receptor definir se os recursos financeiros devem ser mantidos em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou transferidos para caderneta de poupança, com base em sua previsão de desembolso.

§ 3º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente utilizados na consecução das ações de assistência social a ele referenciadas, estando sujeitos às mesmas finalidades e condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 4º Fica vedada a aplicação de recursos em conta centralizadora ou qualquer outro mecanismo semelhante.

CAPÍTULO V

Da Execução

Art. 16 A execução financeira dos recursos do cofinanciamento estadual deve:

I – ser compatíveis com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com os respectivos Plano de Assistência Social, Plano de Ação e demais normativos que os regem, no caso dos Blocos de Financiamento dos serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Especial; e

II – ser compatíveis com os respectivos Plano de Assistência Social e Plano de Ação, e demais normativos que os regem, no caso dos Blocos de Financiamento dos Benefícios Eventuais;

Art. 17 Os recursos referentes a cada Bloco de Financiamento devem ser aplicados exclusivamente nas ações e finalidades definidas para estes.

Art. 18 Os recursos dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos I e II do art. 7º podem ser utilizados para qualquer serviço do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.

Art. 19 Os recursos do Bloco de Financiamento referido no inciso III do art. 7º podem ser utilizados para qualquer Benefício Eventual por morte, natalidade e/ou situação de vulnerabilidade temporária, do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.

Art. 20 A execução dos recursos do cofinanciamento estadual deverá ser realizada exclusivamente nas contas vinculadas aos respectivos Blocos de Financiamento.

Parágrafo único – As parcelas do cofinanciamento municipal e federal não poderão ser depositadas nas contas vinculadas ao cofinanciamento estadual.

Art. 21 A execução dos recursos repassados será acompanhada e fiscalizada pela SPS e pelos Conselhos de Assistência Social, observadas as respectivas competências, de modo a verificar a regularidade dos atos praticados e a prestação dos serviços e Benefícios Eventuais dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos I a III do art. 7º.

Art. 22 Compete aos municípios zelar pela boa e regular utilização dos recursos transferidos pelo estado executados direta ou indiretamente.

Parágrafo único. O ente municipal será responsável pela boa e regular utilização do recurso, devendo, sempre quando solicitado, encaminhar informações, documentos ou realizar devolução de recursos ao estado, nos casos de comprovada irregularidade na execução dos serviços e Benefícios Eventuais, inclusive por meio das entidades e organizações de assistência social.

Art. 23 A devolução de recursos provenientes de impropriedades e/ou irregularidades na utilização e execução do cofinanciamento estadual deverá ser efetuada por meio de Guia de Recolhimento do estado, tendo como favorecido o Feas, salvo nos casos:

I – de devolução com recursos próprios do município para as respectivas contas vinculadas, durante o exercício financeiro do recebimento do recurso, devido a eventuais impropriedades e/ou irregularidades ocorridas neste, referentes aos serviços e benefícios eventuais, após análise e autorização do Feas; e

II – de solicitação e aprovação de compensação ao Feas das parcelas subsequentes do valor impugnado, nos casos de impropriedades e/ou irregularidades apuradas.

CAPÍTULO VI

Da Reprogramação

Blocos de Serviços e Benefícios Eventuais

Art. 24 Os recursos financeiros repassados pelo Feas aos Fundos de Assistência Social dos municípios, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta do Bloco de Financiamento a que pertencem.

§ 1º No caso de descontinuidade na execução dos serviços, o Feas apurará os meses que apresentaram interrupção na oferta, determinando:

I – a devolução do valor equivalente às parcelas mensais do período verificado;

II – a compensação do valor correspondente, à conta das parcelas subsequentes do componente respectivo.

§ 2º A parcela mensal será calculada com base no valor do componente atrelado ao serviço que deixou de ser executado, cabendo ao Feas a avaliação do valor a ser glorado.

CAPÍTULO VII

Da Prestação de Contas

Art. 25 Os recursos dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial e dos Benefícios Eventuais terão suas Prestações de Contas registradas em instrumento denominado Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, contido no sistema informatizado da SPS, cujos dados deverão ser lançados pelos gestores municipais e submetidos à manifestação do Conselho de Assistência Social competente, quanto ao cumprimento das finalidades dos recursos.

§ 1º A abertura do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira dar-se-á por meio de Portaria da SPS, preferencialmente até o final do primeiro semestre do exercício subsequente ao de referência da prestação de contas.

§ 2º A SPS poderá prorrogar o prazo de lançamento das informações de prestação de contas nos termos deste artigo, em casos devidamente justificados.

§ 3º O lançamento das informações pelos gestores, de que trata o caput, realizar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias da abertura do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira.

§ 4º O Conselho de Assistência Social competente deverá se manifestar acerca do cumprimento das finalidades dos repasses, da execução dos Benefícios Eventuais e dos serviços e socioassistenciais em até 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo de lançamento das informações pelos gestores, nos termos do parágrafo anterior.



§ 5º Após o prazo disciplinado nos § 3º e § 4º deste artigo, se não lançadas as informações no Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira e respectiva avaliação do Conselho de Assistência Social competente a SPS suspenderá o repasse dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos I a III do art. 7º, do exercício de referência do respectivo Plano de Ação, até que todo o ciclo de preenchimento ocorra, com o parecer favorável do Conselho de Assistência Social.

§ 6º Compete à SPS a análise das contas prestadas pelos gestores e avaliadas pelos Conselhos de Assistência Social, realizadas por meio do sistema informatizado.

§ 7º A análise efetuada pela SPS compreende a utilização dos recursos estaduais para o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais e dos serviços socioassistenciais.

Art. 26 A SPS poderá requisitar esclarecimentos complementares visando à apuração dos fatos, quando houver indícios de informações inverídicas ou insuficientes, e aplicar as sanções cabíveis, bem como encaminhar aos órgãos competentes para as devidas providências quando for o caso.

§ 1º O Feas definirá a forma do cumprimento de diligências, que poderá ocorrer por meio de:

I – apresentação da prestação de conta retificadora em meio eletrônico mediante reabertura do Demonstrativo, a ser solicitada pelo Feas;

II – apresentação de documentação e/ou justificativas; e

III – a evolução de recursos.

§ 2º As diligências devem ser cumpridas no prazo definido na comunicação, a contar do seu recebimento.

§ 3º Quando não for possível a comunicação por meio de documento expedido pelo Feas ou por qualquer outro meio, será publicado edital de notificação no Diário Oficial do Estado.

§ 4º Determinada a diligência, decorrido o prazo do seu cumprimento sem manifestação dos interessados, ou tendo sido prestadas informações insuficientes ou incompletas, ou ainda apresentados dados incapazes de sanear os indícios de irregularidade, será emitido relatório final acerca das contas, salvo a hipótese de o Feas considerar necessária a expedição de nova diligência.

§ 5º O Feas poderá conceder prorrogação de prazo para atendimento a diligência.

Art. 27 O Ordenador de Despesa do Feas verificará a regularidade das contas, decidindo:

I – pela aprovação, quando estiverem regulares;

II – pela aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal;

III – pela reprovação parcial ou total, quando constatadas falhas que comprometam a sua regularidade e que resultarem em dano ao erário; e

IV – pelo encaminhamento para Tomada de Contas Especial em razão da reprovação parcial ou total e da omissão no dever de prestar contas.

§ 1º Erros formais ou falhas que incidam sobre o conjunto da prestação de contas, mas não impliquem dano ao erário, não ensejam sua reprovação. Na eventualidade de casos de natureza meramente formal o ente federado municipal deverá ser notificado para adotar medidas à correção da falha identificada.

§ 2º A aprovação da prestação de contas não exclui a possibilidade de reanálise, a qualquer tempo, nos casos em que existir indícios de irregularidades.

Art. 28 O Feas notificará os gestores responsáveis pela obrigação de prestar contas, quando encerrado o prazo para sua apresentação. Permanecendo a omissão, poderá ser iniciada a instauração da Tomada de Contas Especial, no valor da receita para o exercício das contas em análise.

§ 1º Serão considerados omissos no dever de prestar contas, os gestores que não enviarem a prestação de contas eletronicamente por intermédio do preenchimento do Demonstrativo Sintético ou em meio físico com a apresentação da documentação comprobatória dos gastos.

§ 2º A Prestação de Contas será considerada recebida eletronicamente quando da devida autenticação de entrega entendida como validação necessária, que ocorre na ocasião da confirmação do envio das informações pelo gestor e do Parecer do Conselho de Assistência Social.

Art. 29 Compete ao gestor sucessor apresentar a prestação de contas, quando o gestor anterior não tenha feito, dos recursos estaduais recebidos por seu antecessor, ou, na impossibilidade, apresentar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, sob pena de corresponsabilidade.

Art. 30 O Ordenador de Despesa do Feas solicitará a abertura de Tomada de Contas Especial, conforme legislação específica, nos casos em que deliberar pela reprovação parcial ou total da prestação de contas dos recursos estaduais por existência de dano ao erário ou por comprovada omissão no dever de prestar contas.

Art. 31 A Tomada de Contas Especial será instaurada depois de esgotadas as providências administrativas a cargo do Feas pela ocorrência de algum dos seguintes fatos:

I – a prestação de contas que não for apresentada, observados os prazos fixados no art. 24 e o disposto no art. 24, desta Portaria;

II – a prestação de contas não for aprovada em decorrência de:

a) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

b) não devolução de saldos que porventura tenham sido solicitados; e

c) outros motivos que ensejem dano ao erário.

Parágrafo único. A Tomada de Contas Especial poderá ser instaurada, ainda, por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, mesmo não esgotadas as medidas administrativas internas.

Art. 32 No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento do débito imputado, antes do encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado, será realizada a análise da documentação e adotados os seguintes procedimentos:

I – se aprovada à prestação de contas ou comprovado o recolhimento integral do débito, o Ordenador de Despesa do Feas deverá:

a) comunicar a aprovação ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial, visando ao arquivamento do processo; e

b) registrar a baixa da responsabilidade.

II – se não aprovada a prestação de contas, o Ordenador de Despesa do Feas deverá:

a) comunicar o fato ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito; e

b) Manter a inscrição de responsabilidade.

Art. 33 No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento do débito imputado, após o encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao TCE, o Ordenador de Despesa do Feas informará ao Tribunal.

Parágrafo único. O Ordenador de Despesa do Feas aguardará o pronunciamento do TCE para tomar as medidas administrativas necessárias.

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 34 Os gestores dos respectivos Fundos Municipais de Assistência Social terão até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da abertura das novas contas-correntes sob a lógica da presente Portaria, para realizar as transferências dos saldos das contas anteriores à publicação desta para as novas contas correntes, referentes a cada Bloco de Financiamento.

Parágrafo único – Os Gestores deverão transferir os recursos existentes nas contas vinculadas aos serviços para pessoa idosa e com deficiência para a conta do Bloco de Financiamento correspondente da Proteção Social Básica.

Art. 35 O gestor que decidir pela não utilização dos recursos existentes nas contas anteriores à publicação desta Portaria, ou ainda, não transferir os recursos para as novas contas dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos de I a III do art. 7º, deverá devolver os saldos no prazo estipulado no art. 33, por meio de DAE comunicando o fato ao Feas.

Art. 36 Após transcorrido o prazo do art. 33, sem que tenha ocorrido a devolução ou a transferência dos recursos para as novas contas vinculadas aos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos de I a III do art. 7º, o ente terá o repasse de recurso deste bloqueado, até que a situação seja regularizada com a devolução ou transferência dos recursos.

Art. 37 O gestor, após devolver o recurso na forma do disposto nessa Portaria, deverá comunicar o Feas do procedimento adotado.

Art. 38 Após a abertura das novas contas, os recursos do cofinanciamento estadual, serão dos Blocos de Financiamento, independentemente da competência do pagamento.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 39 A SPS poderá expedir atos complementares necessários à matéria disciplinada nesta Portaria.

Art. 40 São de responsabilidade de seus declarantes e presumem-se verdadeiras as informações lançadas eletronicamente em sistemas disponibilizados pela SPS.

Art. 41 As informações do sistema eletrônico de planejamento e das prestações de contas serão automaticamente migradas para as novas ferramentas eletrônicas que porventura forem criadas visando ao aprimoramento dos repasses relativos ao cofinanciamento estadual, respeitadas as normas aplicáveis.

Art. 42 As informações extraídas dos sistemas da SPS serão consideradas documentos para fins de comprovação nos processos instituídos no âmbito do Órgão gestor estadual da Política de Assistência Social.

Art. 43 Os documentos comprobatórios relativos à execução dos Blocos de Financiamento deverão ser mantidos arquivados em boa ordem e conservação, devidamente identificados e à disposição da SPS e dos órgãos de controle interno e externo, no prazo estabelecido na legislação do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 44 A SPS poderá solicitar aos municípios informações dos saldos e extratos das contas-correntes abertas pelo Feas, bem como dos documentos relativos à execução dos recursos estaduais.



Parágrafo único. As informações constantes do caput poderão ser publicadas inclusive em meio eletrônico pela SPS.

Art. 45 A SPS divulgará oficialmente os valores dos recursos repassados aos municípios, destinados ao cofinanciamento estadual, em relatório eletrônico disponibilizado nos canais de comunicação da SPS.

Art. 46 Fica revogada a Portaria nº 329, de 18 de agosto de 2017 da STDS, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento estadual dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais da política de assistência social aos municípios.

Art. 47 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 04 de outubro de 2023

Onélia Maria Moreira Leite de Santana
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº397/2023 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, na competência que lhe foi outorgada através da Portaria Nº 002/2023, datada de 09/01/2023 e publicada no Diário Oficial de 12/01/2023 e, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a servidora **JACQUELINE GURGEL MOTA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 401546-1-2, desta Secretaria, a **viajar** às cidades de Acopiara, Aratuba, Mulungu, Jaguaruana, Itaíba, Icapuí e Aracati, no período de 23 a 27.10.2023, a fim de supervisionar as turmas do PPP – Linha Jovem Bolsista, concedendo-lhe quatro diárias e meia, no valor unitário de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 275,98 (duzentos e setenta e cinco reais e nove e oito centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Proteção Social. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 11 de outubro de 2023.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº398/2023 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, na competência que lhe foi outorgada através da Portaria Nº 002/2023, datada de 09/01/2023 e publicada no Diário Oficial de 12/01/2023 e no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR FABIANE DANNI ARAÚJO**, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI, a **viajar** a cidade de Fortaleza, no período de 23.10.2023 à 01.11.2023, com o objetivo de Cumprir agendas, Reunião e Seminário de 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa - UNIFOR, concedendo-lhe sete diárias e meia, no valor unitário de R\$ 64,83 (sessenta e quatro reais e três centavos), no valor total de R\$ 486,22 (quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, complementado pela Lei nº 14.210, de 25 de setembro de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Proteção Social. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 11 de outubro de 2023.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

CONTRATO Nº094/2023 IG Nº1280879

O ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, localizada na Av. Soriano Albuquerque, nº 230, Bairro Joaquim Távora, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 08.675.169/0001-53, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho e o **LAR ANTÔNIO DE PÁDUA**, inscrito no CNPJ sob nº 07.325.673/0001-60, com sede na Rua Fernando Farias de Melo, nº 752, Vila Manoel Sátiro, Fortaleza-Ceará, CEP: 60.713-480, ora designado CONTRATADO, representado por sua presidente, Sra. Anália Bueno de Melo, com fulcro no NUP 47001.005787/2023-54 e na Dispensa de Licitação nº 025/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, no dia 05 de setembro de 2023, partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato. **FUNDAMENTAÇÃO:** O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação nº 025/2023, os preceitos do direito público, e no art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. **OBJETO:** Contratação de empresa para **prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades das áreas Técnica e Administrativa e Tecnologia da Informação, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 025/2023, e a proposta da CONTRATADA. **VALOR E DO REAJUSTAMENTO:** O valor mensal de R\$179.343,02 (cento e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e três reais e dois centavos), totalizando o valor global de R\$ 1.076.058,12 (um milhão, setenta e seis mil, cinquenta e oito reais e doze centavos). **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos 47100001.08.122.211.20826.03.33 9034.1.5009100000.0 47100001.08.122.211.20826.03.339037.1.5009100000.0. **PRazo DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de assinatura do contrato. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo ou condicionado à conclusão de processo licitatório, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, da CONTRANTE à CONTRATADA. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. **FORO:** Fortaleza/CE. **DATA E ASSINANTES:** Fortaleza, 11 de setembro de 2023; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria da Proteção Social – SPS e Anália Bueno de Melo - Lar Antônio de Pádua. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza-CE, 10 de setembro de 2023.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº025/2023

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob nº 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, CEP nº 60.130-160, representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho, nos termos do NUP: 47001.008302/2023-84, resolve **reconhecer a dívida** assumida com a empresa **CSF SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 08.953.969/0001-99, com sede na Av. dos Holandeses, nº 01, Quadra 32 – Lj. 09, Conselheiro Hilton Rodrigues, Bairro: Calhau, São Luis – MA, CEP: 65.071-380, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Cássio Henrique Silva. **DÍVIDA:** A SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS reconhece ser devedora da importância de R\$ 5.553,22 (Cinco mil e quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos) à CSF SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, referente à execução do Contrato nº 244/2018, em razão do não pagamento das Faturas dos meses de junho, julho e agosto de 2023, conforme exposto abaixo: **CONTRATO Nº 244/2018.** Junho/2023 R\$ 2.313,26; Julho/2023 R\$ 2.262,02; Agosto/2023 R\$ 977,94; **TOTAL R\$ 5.553,22.** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A execução das despesas referidas na cláusula primeira dar-se-á por conta da seguinte dotação orçamentária: 47100009.14.422.131.20625.03.339040.1.5009100000.0. **QUITAÇÃO:** Quando realizado o pagamento descrito na cláusula primeira deste termo, operar-se-á imediatamente a quitação plena, geral, integral e irrestrita da dívida da SPS formalizada neste termo. **FORO:** Fortaleza/CE. **DATA E ASSINANTES:** Fortaleza, 06 de Outubro de 2023; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria da Proteção Social e Cássio Henrique Silva - CSF Serviços Digitais Ltda. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 06 de outubro de 2023.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

PORTARIA SEAS Nº256/2023 – O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a **SERVIDORA** relacionada no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de realizar visita técnica domiciliar, para coletar informações para realização de relatório do socioeducando, o qual, encontra-se em cumprimento de medida socioeducativa, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 3º; alíneas “a” e “b” do § 1º e 3º do art. 4º, arts. 6º, 8º e art. 10, do anexo I do Decreto 30.719, de 25 de Outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 06 de outubro de 2023.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

